

Rafael Alves Cardoso

Ecopedagogia: uma pedagogia para uma
sociedade mais sustentável

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Faculdade de Educação

2012

Rafael Alves Cardoso

Ecopedagogia: uma pedagogia para uma sociedade mais sustentável

Trabalho de conclusão de curso
apresentado como requisito para
conclusão do curso de licenciatura
em Pedagogia pela PUC/SP sob
orientação da Prof^a. Dra. Madalena
Guasco Peixoto

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Educação

2012

Resumo

O presente trabalho pretende desenvolver uma reflexão teórica sobre a questão da sustentabilidade na contemporaneidade e a necessidade de uma pedagogia, como movimento e como abordagem curricular, que possa promover uma sociedade sustentável.

Para sustentar à tese, da necessidade de uma pedagogia para uma sociedade mais sustentável, tomei como principal referência bibliográfica, os livros Pedagogia da Terra de Moacir Gadotti e Ecopedagogia e Cidadania Planetária de Francisco Gutierrez e Cruz Prado.

Os autores supracitados defendem a importância da ecopedagogia ou pedagogia da Terra para fomentar uma sociedade mais sustentável, ou seja, que promova desenvolvimento econômico, preservação ambiental e justiça social.

A ecopedagogia engaja-se na superação de dois paradigmas hegemônicos: o econômico(capitalismo neoliberal) e científico(linear-mecanicista) que promovem uma estrutura social, econômica e cultural insustentável, no atual estágio da humanidade.

Esta pedagogia centra-se em dois conceitos importantes: cidadania planetária, como alternativa a concepção globalizante da globalização e da cotidianidade, como lugar e tempo no qual ocorre o processo pedagógico essencial para o desenvolvimento de uma educação sustentável.

O sucesso de tal pedagogia dependerá, em suma, do conceito de sustentabilidade que prevalecer como hegemônico, através do embate conceitual entre o projeto de sociedade defendido, por diferentes grupos sociais da sociedade, seja no âmbito local, seja no âmbito global.

Sumário

Introdução.....	05
1 Educar para uma sociedade sustentável.....	09
1.1 O que é insustentável.....	11
1.2 Construindo o conceito de desenvolvimento sustentável.....	15
1.3 Divergências sobre o conceito de desenvolvimento sustentável.....	19
2 A educação como instrumento de promoção de uma cultura de sustentabilidade.....	25
2.1 Conceitos chaves de ecopedagogia.....	26
2.2 Um currículo para a ecopedagogia: uma educação para a sustentabilidade.....	39
Considerações Finais.....	42
Referências Bibliográficas.....	46

Introdução

A Sustentabilidade é o assunto do momento. A preocupação com a degradação do meio ambiente e o que a sociedade pode fazer para reduzir os efeitos mobiliza pessoas no mundo todo.

Durante o curso de Pedagogia, nos inúmeros debates que tivemos sobre o papel da educação na sociedade contemporânea, uma certeza evidenciou-se. A educação não é neutra.

Os princípios, os valores, as concepções de mundo que as teorias educacionais e pedagógicas nos proporcionam, revela a luta conceitual entre os diversos grupos, das mais diversas condições sociais, econômicas e culturais que compõe a sociedade. Concepções divergentes e convergentes.

Nós podemos acompanhar pelas mídias e principalmente nas redes sociais, que há quase uma unanimidade sobre a importância da escola, como Instituição com potencial de transformação da realidade na sociedade.

A escola tem uma finalidade, um propósito na sociedade e essa mesma unanimidade cai por terra, quando debatemos sobre essa finalidade. Posições reacionárias, revolucionárias ou reformistas sobre a educação entram em um conflito de interesses pelos mais diversos agentes sociais.

O modelo sócio econômico capitalista neoliberal está no divã. As benesses sociais prometidas pelo sistema liberal não foram alcançadas, com a mesma velocidade e intensidade, que a evolução tecnológica.

As desigualdades sociais foram ampliadas. As misérias do mundo tornaram-se mais agudas. Hoje, prestes a fazer 40 anos de seu

lançamento, a Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire, as relações opressoras que a escola ajuda a reproduzir e manter continua atual. Mas há um oprimido que fora ocultado neste período.

O planeta Terra é um oprimido, o maior de todos os oprimidos.

A ideia antropocêntrica de homem que conquista e domina a natureza, conforme seus interesses contribuiu para alcançarmos um estágio preocupante na evolução humana.

O aquecimento global, o degelo dos Polos, o desmatamento de florestas, o descarte irracional de resíduos poluentes que tem como consequência a poluição de rios e mares, são alguns dos problemas que vem contribuindo para o gradual extermínio de ecossistemas.

A ideia de homem separado da natureza contribui para que não se perceba que os ecossistemas ameaçados, não são apenas constituídos por fauna e flora, mas também de muitas comunidades humanas que vivem e sobrevivem nestas áreas.

A sensação é de que estamos vivendo algo insustentável. E a educação, que é fruto de uma construção sócio histórica de uma determinada sociedade, acaba por ser escolhida como o principal recurso para que possamos alterar o rumo da história e da existência humana.

Se a educação formal, ou seja, se a escola, que conhecemos hoje, não está dando conta das demandas e exigências da sociedade e contribui para manter e reproduzir o que é insustentável nesta sociedade, então, faz-se necessário uma educação para atender uma existência mais sustentável.

A escolha do tema para o desenvolvimento deste trabalho de conclusão de curso dá-se por essas expectativas e angustias de nosso tempo. A educação pode ter seu lugar de protagonismo na sociedade,

ou seja, ela pode ser promotora da transformação ou manutenção das realidades de uma sociedade.

Texto sem contexto é pretexto, portanto qualquer iniciativa de jogar luz sobre uma realidade não deve perder de vista o contexto que legitima ou não essa realidade.

Para entender do porque se cogita uma educação para uma sociedade mais sustentável, se é importante elaborar um currículo adequado para novas demandas e para novas realidades, começarei, primeiro, a responder a seguinte pergunta. O que é insustentável?

Em seguida, tentaremos entender como nasce a concepção de desenvolvimento sustentável. Esta conceituação está ligada com a necessidade de promover também uma educação para atender a essa nova realidade, ou o que chamamos por nova demanda social.

Feito isso, responderemos a pergunta que motiva este trabalho. Será que se faz necessário um currículo para uma sociedade mais sustentável?

Para iniciar essa busca, pesquisei sobre algum movimento pedagógico que tratasse da questão da sustentabilidade, para além da perspectiva da educação ambiental ou de uma disciplina inserida em alguma série curricular. Um movimento pedagógico que contemplasse uma abordagem curricular para a sustentabilidade.

Neste movimento, deparei-me com a Alfabetização Ecológica proposta por Fritjof Capra e seu Centro de Eco-Alfabetização de Berkeley, Califórnia, Estados Unidos. Mas faltava o elemento curricular, pois as iniciativas tratadas pelo Centro estavam ligadas a iniciativas vinculadas na perspectiva da educação ambiental e da cultura estadunidense.

No processo tomei contato com a Ecopedagogia, termo cunhado por Francisco Gutierrez, ou Pedagogia da Terra, termo que Moacir

Gadotti prefere conceber para a Educação para a sustentabilidade. A preocupação com a questão da educação e sustentabilidade tomou força com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizado no Rio de Janeiro, em 1992.

De lá para cá, muitos debates foram promovidos sobre como por em prática a Educação para a Sustentabilidade, considerada como a Educação para o futuro.

Esse movimento conceitual é importante para entendermos as preocupações, os limites e as possibilidades que a conceituação sobre a sustentabilidade pode promover na educação e, principalmente, na escola formal.

A sustentabilidade pode injetar animo novo na educação formal, tão questionada e desvalorizada na sociedade, embora não tenha perdido sua importância na sociedade, no discurso do senso comum, e contribuir para resgatar e valorizar a escola, como lugar privilegiado de formação de cidadania e emancipação social.

1. Educar para uma sociedade sustentável.

Nas últimas décadas, o desenvolvimento sustentável é pauta de reuniões de muitos governos, instituições e da sociedade civil em geral ocasionando diversas discussões sobre como conciliar o desenvolvimento socioeconômico com a conservação e proteção dos ecossistemas da Terra assim como erradicar, ou ao menos reduzir, as desigualdades e misérias do mundo. A necessidade de combinar preservação ambiental, desenvolvimento econômico e equidade social surgem, conforme Carvalho (2011),

“A construção social contemporânea do cuidado para com a natureza preconiza um tipo de sensibilidade ecológica fundada na crença de uma relação simétrica e de alteridade entre os interesses das sociedades e os processos naturais. Nessa perspectiva, o respeito aos processos vitais e os limites da capacidade de regeneração e suporte da natureza seria o balizador das decisões sociais e o orientador dos estilos de vida coletivos e individuais. Aqui, juntamente com um projeto educativo, delineia-se uma ética ecológica que se posiciona contra o imperativo dos benefícios imediatos, calcados na racionalidade instrumental e utilitarista, fundamento do padrão de acumulação da sociedade de consumo.” (pg. 106).

Diversos especialistas, intelectuais, cientistas, cujas concepções e ideias sobre sustentabilidade, veremos mais adiante neste trabalho, buscam elaborar e fomentar medidas políticas e econômicas sustentáveis que atenuem os efeitos negativos ocasionados pelo Capitalismo.

Problemas como a degradação ambiental ocasionada pelo modelo industrial provocando a emissão de gases nocivos na atmosfera, de resíduos poluentes em mananciais e rios que contribuem para o aquecimento global, para a extinção de espécies e ecossistemas no planeta.

Problemas decorrentes do modelo econômico neoliberal, pautados no consumo e na competição que acabam por minar ações de solidariedade e cooperação entre os povos, contribuindo para a exclusão de classes e o aumento da miséria e desigualdade social.

A transformação de direitos, conquistados historicamente pela sociedade, em serviços, devidamente explorados por empresas e governos, também contribui para a perda de soberania e da autodeterminação de nações, tidas como subdesenvolvidas ou em processo de desenvolvimento.

Os problemas apontados acima, para alguns estudiosos, são reproduzidos e possui sua manutenção garantida, por uma importante instituição, responsável pela propagação da ideologia dominante, no caso o que denominamos por capitalismo neoliberal.

Essa instituição é a escola, que através do currículo, ajuda a garantir e reforçar, nos corações e mentes, a ideologia capitalista.

Mas se hoje temos um modelo de vida insustentável, e que a escola ajuda a reproduzi-lo, também é a escola, o lugar onde se pode iniciar um processo de mudança para alterar o que é considerado insustentável em sustentável.

É preciso que a escola, seja um espaço que viabilize uma educação para uma sociedade sustentável. Schumacher(1973) já sinalizava que,

“Toda a História- assim como toda a experiência atual- aponta para o fato de ser o homem e não a natureza, quem proporciona o primeiro recurso: o fator chave de todo o desenvolvimento econômico brota da mente humana. Subitamente, ocorre um surto de ousadia, iniciativa, invenção, atividade construtiva, não em um campo apenas, mas em muitos campos simultaneamente. Talvez ninguém seja capaz de dizer de onde isso surgiu, em primeiro lugar, mas podemos ver como se conserva e até se fortalece: graças a vários tipos de escolas, por outras palavras, pela educação. Numa acepção bastante real, por

consequente, podemos afirmar que a educação é o mais vital de todos os recursos." (pg. 67).

Pensando a educação como uma construção social que reflete o consenso e conflito de ideologias correntes em um determinado contexto sócio-histórico de uma determinada sociedade, a questão da sustentabilidade permeia também o campo pedagógico.

A Ecopedagogia surge nesse contexto, não como uma nova Pedagogia, mas como um movimento, conforme Gadotti (2008), dentro de um projeto alternativo global preocupado em refletir um novo modelo de civilização sustentável do ponto de vista ecológico, que implica necessariamente em mudança nas estruturas econômicas, sociais e culturais.

Retomaremos o conceito de ecopedagogia mais adiante neste trabalho, pois antes de retomá-lo, no próximo capítulo tomaremos algumas considerações preliminares sobre o conceito de sustentabilidade no qual a questão do currículo entra em um tema mais geral para nos ajudar a averiguar a necessidade de um currículo escolar que contemple a sustentabilidade.

1.1. O que é insustentável?

Se hoje há um debate sobre a necessidade de criar mecanismos de sustentabilidade na sociedade é por que algo não está certo, algo está insustentável. Embora o parágrafo anterior pareça óbvio, buscar as situações insustentáveis no âmbito social, econômico e político é uma tarefa penosa, pois contempla muitas ideias e concepções de homem e sociedade.

Algumas concepções aproximam-se, outras se distanciam o que acaba por dificultar a compreensão clara sobre o quê e para que se deva ser sustentável.

Comecemos então com uma pergunta. Será que o modo de vida que temos hoje pode garantir um futuro melhor para nós e nossos descendentes?

O modo de produção capitalista e sua incrível adaptabilidade nas inúmeras crises financeiras, resistindo a manifestações contrárias, como o Socialismo e outras formas de governo, hoje são colocados novamente em cheque. É inegável, frente aos inúmeros resultados obtidos por cientistas e pesquisadores renomados, que os efeitos do modelo industrial, pautados no consumo, no individualismo, na competição corroboram com a degradação de ecossistemas, de comunidades e que caso não haja mudança, poderá levar a um caminho sem volta, rumo à extinção da vida no planeta.

“Se a lógica da acumulação presidiu até hoje os processos de desenvolvimento que nos leva a uma destruição apocalíptica, necessitamos de novas categorias interpretativas e de novos valores que nos obriguem a construir os instrumentos de intervenção mais idôneos para a conquista da sociedade sustentável que buscamos”
(Gutierrez e Prado, 1999, pg. 34)

Ainda no contexto do modelo industrial, podemos destacar também a influência e o poder das empresas transnacionais, corporações que possuem recursos financeiros maiores que o PIB de muitos países do globo terrestre, em especial, os chamados países de Terceiro Mundo.

É comum acompanharmos em noticiários e mídias em geral os benefícios que determinada comunidade terá ao receber uma fábrica ou filial em sua região, mas os subsídios e os acordos costurados nos bastidores entre empresas e governos acabam por esconder detalhes,

que vão de vantagens fiscais até questões que englobam a soberania de um país, tudo em nome do progresso. Segundo Bakan (2008)

“Desenvolveu-se um tipo de lógica circular-ainda existente- que justificava (e justifica) o fato de o governo facilitar os interesses das corporações. A saber, se servir aos interesses das corporações melhora o bem público, então o bem público é melhorado quando os interesses corporativos são servidos.” (pg. 189).

A influência das corporações transnacionais ultrapassam as relações comerciais e econômicas incidindo também no âmbito político, pressionando a alteração de legislações de setores tidos como fundamentais de um país, como a Saúde, a Educação, a Previdência, a Segurança, a mobilidade urbana, as questões agrárias e latifundiárias além de outros setores, pois com o advento da globalização e do neoliberalismo, as empresas ampliam seus domínios e preservam seus interesses. Assim assinala Bakan (2008)

“Livre de seus vínculos locais, as corporações agora podiam ditar as políticas econômicas dos governos. Assim como explicou Clive Allan, vice-presidente na Nortel Networks, uma importante companhia canadense de alta tecnologia, as companhias “não devem obediência ao Canadá [...] Só porque nós [Nortel Network] nascemos aqui não significa que ficaremos aqui [...] O lugar tem que continuar atraente para que tenhamos interesse em ficar aqui”. Para continuar atraente, ou seja, para manter os investimentos dentro de suas jurisdições ou para trazer novos, agora os governos tinham que competir entre si para convencer as corporações de que eles ofereciam as melhores políticas para os negócios. Como resultado dessa disputa, os governos diminuíram as regulações – especialmente aquelas que protegiam os trabalhadores e o meio ambiente -, reduziram os impostos e recuaram em programas sociais, sendo muitas vezes negligentes com as consequências.” (pg. 25)

Esse poder das corporações também influenciam as pessoas, em seus hábitos de consumo, em seus modos de vida, determina o que

deve ou não ser usado, em casa, na geladeira, no guarda roupa, na garagem, no lazer, as transnacionais, conforme nos alerta Dowbor (1998), tornou-se uma classe de nível mundial

“Formou-se assim uma classe de nível mundial, e não mais de âmbito nacional, e com uma concentração de poder sem precedentes. Suas mensagens, os seus valores e opiniões entram diariamente nas casas de qualquer habitante do planeta, suas iniciativas fazem variar o valor das poupanças acumuladas por qualquer família rica ou humilde, as suas opções tecnológicas definem os nossos perfis de consumo e a mudança dos nossos empregos, suas músicas e mensagens publicitárias influem diretamente no universo mental dos nossos filhos” (pg.52)

Outro fator que auxilia o poder político das corporações são os organismos internacionais como a OMC (Organização Mundial do Comércio) que fiscaliza e regula o comércio de seus membros. Quando houver uma medida protecionista seja no âmbito econômico, social ou ambiental que impeça o livre comércio, a OMC será acionada para garantir os interesses de seus associados.

A influência da OMC recaiu sobre todos os países, seja ele desenvolvido ou não, já organizações como FMI (Fundo Monetário Internacional) e BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) tem grande influência nas legislações e nos planos de governo dos países em desenvolvimento, pois para que se obtenham os recursos financeiros é preciso obedecer às regras e condições impostas por esses organismos, como, por exemplo, a educação.

Se as taxas de analfabetismo de um país são consideradas altas, o governo de tal país, para receber esses recursos, deverá obedecer às regras impostas por estes Fundos, regras que obedecem a um projeto de educação que atende as necessidades das Corporações e países que financiam esse Fundo. Gadotti(1999) resume bem a doutrina econômica que fundamenta o modelo industrial atual.

“O neoliberalismo determinou uma mudança profunda nas estratégias de desenvolvimento, pois é uma doutrina centralizada na economia de mercado globalizado, com uma ênfase no consumo imediato, nas políticas de ajuste estrutural que diminuem o papel do Estado, na privatização da economia, na competitividade sem solidariedade e na internacionalização dos processos econômicos, políticos e socioculturais.”(pg.67)

O capital não preserva, explora. Ele não otimiza seus recursos, ele os maximiza para obter todo lucro possível. A crítica ao modelo capitalista amplia o debate sobre a necessidade de mudança e, retomando uma observação do começo deste capítulo, podemos dizer que a insatisfação com o modelo é a situação insustentável e como todo debate, há grupos que o defendem, outros que irão propor um meio termo, um capitalismo brando e outros defenderão a ruptura total do modelo.

1.2. Construindo o conceito de desenvolvimento sustentável.

A Sustentabilidade está na mídia em geral. As empresas e os governos através de campanhas publicitárias e de relações públicas esforçam-se em transmitir para a sociedade suas preocupações e principalmente os programas de ações realizados por elas.

E por que empresas e governos estão preocupados em comunicar ao público em geral seus progressos em Sustentabilidade?

Como vimos no capítulo anterior, há uma insatisfação com o modo de vida proporcionado pelo modelo neoliberal. O consumismo, o individualismo ocasionado pela competição, à degradação do meio ambiente, o agravamento da desigualdade social, a transformação dos direitos que deveriam ser garantidos pelo Estado em serviços, são

alguns dos fatores que fazem com que alguns setores da sociedade critiquem a postura tanto de empresas, que se beneficiam economicamente do modelo, quanto dos governos, que contribuem para a manutenção do modelo neoliberal.

Governos e empresas pressionados por esses setores da sociedade utilizam-se de estratégias publicitárias para legitimar sua funcionalidade e importância na sociedade.

Sustentabilidade por tanto não é algo passageiro e sim uma importante questão estratégica e não seria exagero dizer, que se trata de uma questão de sobrevivência.

O contexto social, no qual emerge a necessidade de preservação e manutenção dos ecossistemas, vinculado com a contestação do modelo de sociedade consumista e capitalista, principia-se na década de 60 com o movimento contracultural e as chamadas “novas esquerdas”.

As reivindicações de minorias historicamente marginalizadas pelas políticas vigentes tomam força, na medida em que estes mesmos grupos se organizam para lutar por seus direitos, requerendo seu espaço na sociedade.

Os movimentos sociais, desencadeados neste processo sócio histórico, contribuiu para a ampliação do debate sobre as possibilidades de uma nova sociedade, mais democrática, livre das normalizações e repressões sociais e em harmonia com a natureza. O Festival de Woodstock realizado em 17 e 19 de agosto de 1969 e o movimento estudantil de 1968 em Paris são duas manifestações que exemplificam a insatisfação e a contestação do modelo industrial capitalista que ocorreram nesse período.

Neste cenário efervescente de ideias e conceitos, a Sustentabilidade começa a tomar terreno com a apropriação da Ecologia, uma ciência

jovem atrelada a Biologia, por um grupo de pessoas preocupadas com as questões ambientais, e que caracteriza o movimento ecológico.

Conforme Carvalho (2011), a ecologia que é apropriada pelo movimento social, aquela que contesta e surge como alternativa a sociedade capitalista não pode ser confundida com a ecologia da academia, restrita ao campo científico.

“... a palavra ecologia transbordou os limites da ciência biológica e ecológica, transitando do campo estritamente científico das ciências naturais para o campo social. No mundo social essa palavra foi apropriada e retraduzida por uma diversidade de práticas não científicas, como as ações e movimentos sociais, e acabou ganhando novos significados, agora ligados a utopia de um mundo melhor, ambientalmente preservado e socialmente justo. Um conjunto de ações políticas inspiradas pelo desejo de ver uma relação mais harmoniosa entre sociedade e ambiente passou a ser conhecido como lutas ecológicas. Tais ações constituíram um movimento social, o movimento ecológico, que se caracteriza pela compreensão holística do mundo e defende a construção de relações ambientalmente justas com a natureza e entre os seres humanos. Assim há o deslocamento da ideia de ecologia, que passa a denominar não mais apenas um campo do saber científico, mas também um movimento da sociedade, portador de uma expectativa de futuro para a vida neste planeta.” (pg.40).

Traçado o contexto social que gera o movimento ecológico cabe aqui ressaltar alguns eventos históricos que antecedem o conceito de desenvolvimento sustentável apresentado pelo relatório Brundtland em 1987.

Gadotti(2008) aponta o início das discussões sobre Sustentabilidade em 1968, com o chamado Clube de Roma, que reuniu um grupo de cientistas e economistas renomados e, que com base em suas pesquisas, constatou que o ritmo de consumo impulsionado pelo modelo de desenvolvimento industrial na época colocaria em risco os ecossistemas do planeta Terra, considerado

como um dos primeiros alertas sobre a situação ambiental do planeta e a necessidade de conservação dos biomas.

Após o Clube de Roma outro importante evento que corroborou para o debate sobre desenvolvimento sustentável foi uma reunião promovida pela ONU, em Estocolmo, Suécia, em 1977, intitulada como I Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente, ou seja, pela primeira vez as nações do planeta se reuniram para discutir sobre as consequências negativas sobre o meio ambiente ocasionado pelo modelo de desenvolvimento industrial praticado até então. Outro tema despertado nessa reunião foi a problemática da pobreza e distribuição de renda e os seus impactos na população. Os países desenvolvidos reconheceram sua parcela de culpa no processo de poluição, assim como países subdesenvolvidos, que tinham como base econômica exclusiva o modelo industrial tido como o principal causador da poluição, porém esse era o processo a se pagar pelo progresso e de concreto dessa reunião ficou a elaboração da Declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano.

Em 1982, a ONU elaborou o documento “Carta para a Natureza” com 28 artigos de princípio moral visando aumentar a consciência de conservar e proteger a natureza e no ano subsequente cria-se uma Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, chefiados pela Primeira Ministra Norueguesa, Gro Harlem Brundtland. Desses esforços, quatro anos mais tarde (1987) foi publicado o documento intitulado Relatório Brundtland, conhecido também como “Nosso Futuro Comum”, na qual, define-se o desenvolvimento sustentável como:

“... processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender as necessidades e aspirações humanas.” (pg. 43)

Mais tarde essa concepção é consagrada na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, também conhecido como Eco-92, cujo principal documento produzido foi a Agenda 21, um conjunto de propostas e objetivos para reverter o processo de degradação do meio ambiente.

1.3. Divergências sobre o conceito de desenvolvimento sustentável

Gadotti (2008), ao traçar esse movimento histórico da concepção de desenvolvimento sustentável, ressalta críticas realizadas por alguns grupos contra essa definição de desenvolvimento sustentável promovida na Eco-92.

Este grupo, que criticou a definição de desenvolvimento sustentável da Eco-92, entende que o conceito é reformista, ou seja, uma reestruturação do modelo sócio econômico neoliberal, porém com o mesmo traço desenvolvimentista que dividiu o mundo entre países desenvolvidos, em desenvolvimento e subdesenvolvidos.

O desenvolvimentismo, política econômica adotada pelas ditaduras, entre as décadas de 60 e 80, como a que ocorreu no Brasil, legitimando as ações do Estado e que acaba por impor um modelo de crescimento economicista realizado nos países desenvolvidos aos chamados países emergentes.

Tudo que fosse contra o modelo econômico adotado pelos militares, era combatido. As riquezas culturais das comunidades arcaicas ou tradicionais tidas como “empecilhos do passado,

obstáculos para a mudança, e parte do tradicionalismo que impede a modernidade” “(Gutierrez e Prado, 1999, pg. 29, apud Vio Grossi, 1994) acabavam por ser superadas ou perdidas, em nome do futuro do país”.

As ideias e concepções desenvolvidas pelos intelectuais da época tidas como revolucionárias ou progressistas, tomaram o mesmo rumo.

Esse processo contribuiu para a perda da heterogeneidade e diversidade cultural que havia na sociedade e que relegadas pelo Estado, empenhado em sua política econômica desenvolvimentista, acentuou a lógica da concentração de mercado, da competição, conforme pontua Gadotti (2008).

“Para mudar o mundo pelo qual os homens hoje produzem e reproduzem a sua existência é preciso mudar a lógica que preside esse modo de existir humano. Não se trata de extinguir a riqueza e o mercado que a faz circular. Trata-se de fazer circular a riqueza com a outra lógica: da lógica da concentração para a lógica da desconcentração, da lógica da competição que comanda o mercado livre para a lógica da cooperação que comanda o mercado solidário. Só podemos revolucionar o nosso modo de existir no planeta interferindo nessa lógica. Ele só pode ser transformado, superado, pela introdução de uma outra lógica, com alternativas econômicas, política e socialmente viáveis.” (pg. 59).

Por isso o conceito de desenvolvimento sustentável é tido como incongruente, pois são duas palavras que carregam conceitos antagônicos.

Não há cultura sustentável em um ambiente sócio cultural econômico que valoriza a competição, o consumo desenfreado, a acumulação de bens materiais, o individualismo, valores esses ressaltados pela concepção vigente de desenvolvimento.

Para haver sociedades sustentáveis, seria necessário romper, com o modelo atual, promovendo uma verdadeira revolução, que se dá, conforme Gutierrez e Prado (1999), por quatro condições básicas: economia factível; ecologicamente apropriado; socialmente justo e culturalmente equitativo, respeitoso e sem discriminação de gênero, daí a importância da educação nesse processo de transformação.

Embora houvesse todo um esforço para mobilizar esforços através de um conceito comum, como diz Scotto desenvolvimento sustentável é “um conceito com muita fama e pouco consenso” (Gadotti, 2008, pg. 51, apud SCOTTO, 2007, p.8) os países ricos, chamados de desenvolvidos não se engajaram como esperado como foi o caso do acordo entre países membros da ONU, realizado em Kyoto, Japão, em 1997, no qual estes países se comprometiam com um programa de metas para redução dos gases que provocam o efeito estufa visando minimizar os efeitos do aquecimento global, cuja força foi reduzida pela não adesão dos Estados Unidos tido como um dos países com maior índice de emissão de gases poluentes na atmosfera.

Seguindo a trajetória histórica elaborada por Gadotti (2008) pela ONU, em 1999, é elaborada a “Carta da Terra” uma declaração de princípios éticos fundamentais para a construção de uma sociedade global justa, sustentável e pacífica, ou seja, o termo sustentabilidade passa a abranger oficialmente não somente a esfera econômica e ambiental, mas também humana, orientada para um modo de vida sustentável. Embora a Carta da Terra tenha a força de uma lei branca (soft law), ou seja, um conjunto de princípios morais, mas que não obriga juridicamente os países a segui-la, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos os países signatários podem utilizá-la para desenvolver a lei strictu-sensu (hard law). Embora a elaboração do documento seja importante e que inspire a Pedagogia da Terra, proposta por Gadotti (1999), o mesmo nos diz,

“Não cabe a um documento geral como a Carta da Terra, por exemplo, apontar técnicas e métodos para superar esses problemas. (...) Declarações muito gerais podem contentar a todos, mas não levam a ação e, sobretudo, não mudam o rumo das coisas.” (pg. 198).

Até agora, falamos da visão sobre desenvolvimento sustentável do ponto de vista dos críticos que acreditam na ruptura com o modelo neoliberal. Cabe então, expor o contraponto.

Em 1999, o sociólogo britânico, John Elkington tido como o precursor da Sustentabilidade Corporativa cria o conceito dos três pilares (Triple Bottom Line): economia, ambiente e sociedade. Segundo Elkington, só pode haver sustentabilidade se as empresas observarem esses três pilares. Empresas visam lucro e é o conceito que elas mais se apropriam. A relação com o ambiente deve ser repensada, não como algo a ser dominado e explorado e sim compartilhado, respeitando o ciclo da vida e por último, as empresas devem observar a sociedade, promover transparência para ser também um dos agentes de justiça e promoção social.

Essa ideia de capitalismo sustentável com prosperidade econômica, qualidade ambiental e justiça social, o autor sustenta com uma metáfora, que inclusive dá nome ao livro “Canibais de garfo e faca” no qual Elkington trabalha o conceito do Triple Bottom Line que originou o conceito desenvolvimento econômico. Se o capitalismo é selvagem, por que não ensinar o canibal a comer de garfos? Isto não seria um progresso? Em um cenário de empresas devorarem concorrentes, indústrias digerindo indústrias, a concepção de capitalismo sustentável, de um “canibalismo com garfos” seria um progresso para ele.

Como vimos no capítulo 1.1, as empresas são vistas como inimigas da sustentabilidade, do meio ambiente, e podemos acompanhar na mídia em geral, campanhas publicitárias, em que empresas se

declaram amigas do meio ambiente, das pessoas, do futuro, reforçando ao seu público o quanto elas são necessárias e importantes. Essa humanização da corporação já foi realizada no começo do século XX pela AT&T, nos Estados Unidos, conforme aponta Bakan (2008).

“... Com o crescimento do tamanho e do poder das corporações, também cresceu a necessidade de minimizar o medo das pessoas. A corporação sofreu sua primeira grande crise com o crescimento dos movimentos de fusão no começo do século XX, quando, pela primeira vez, os norte-americanos perceberam que as corporações, agora enormes bestas, ameaçam suas instituições sociais e seus governos. As corporações não eram apenas vistas por muitos como leviatãs desalmados- insensíveis, impessoais e amorais. De repente, elas estavam vulneráveis ao descontentamento popular e à divergência organizada (particularmente do crescente movimento trabalhista, quando os clamores por mais regulação por parte do governo e até mesmo seu desmantelamento tornaram-se cada vez mais comuns).” (pg. 19).

A AT&T tinha o monopólio dos serviços de telefonia na época, e percebendo o ceticismo da sociedade, mudou sua estratégia de relação pública. Passou a mostrar em anúncios, pessoas que trabalhavam na própria empresa, de pessoas comuns como acionista da empresa. A tentativa de dar feições humanas fez sucesso e outras empresas passaram a adotar a abordagem. Retomando Bakan (2008),

“Outras corporações logo seguiram o caminho da AT&T. A General Motors, por exemplo, usou propagandas que, na palavrada agência responsável, visavam “personalizar a instituição chamando-a de família.”“ A palavra corporação é fria, impessoal e objeto de mal-entendidos e de falta de confiança”, ressaltou Alfred Swayne, o executivo da GM responsável pela propaganda institucional na época, mas família é pessoal, humano, amigável. Essa é a nossa visão da GM- um grande lar agradável” (pg. 20).

Se realizarmos uma pequena pesquisa através da internet, é possível nos depararmos com termos como Capital Social, Capital Humano, Capitalismo Humanista entre outros termos. Estes termos são cunhados por teóricos da administração e embora alguns conceitos possam apresentar pequenas distinções, em essência, é uma tentativa de apresentar alternativas para o capitalismo “selvagem” educando-o, humanizando a empresa. Será que mesmo reformando o capitalismo, como o conhecemos, a humanização do capitalismo poderia promover a sustentabilidade que desejamos? Será que ela poderia dar conta de realizar a justiça social, a distribuição de renda, redução da pobreza, o aniquilamento da miséria, da discriminação de raça e gênero? Será que a natureza deixará de ser vista como algo a ser domado e sim compartilhado?

É comum ouvirmos que se as empresas não se adaptarem a essa demanda, correram o risco de extinção, como coloca Elkington(1999), ao colocar a necessidade das empresas se adaptarem ao tripé da sustentabilidade, caso elas queiram continuar a existir.

Realmente há uma pressão social por mudanças de valores e atitudes e como dissemos no começo do capítulo 1.2, é uma questão de sobrevivência e grupos sociais montaram suas estratégias para manter seus interesses, lutar por suas posições.

Ante as questões mais urgentes, uma compete aos objetivos desse trabalho. Será que a educação poderá viabilizar uma cultura de sustentabilidade, como a promulgada pela Organização das Nações Unidas, ou seja, aquela que promova a construção de uma sociedade global justa, sustentável e pacífica.

2. A educação como instrumento de promoção de uma cultura de sustentabilidade.

A Pedagogia, entendida como ciência da educação, em sua história, apresenta-nos autores que entendem a educação e a escola como instrumentos de reprodução e manutenção dos agentes do poder.

Paulo Freire, em sua obra *Pedagogia do Oprimido*, observa esses mecanismos de dominação e perpetuação de poder, que ele denomina de opressores, negando os direitos e a liberdade daqueles que são oprimidos.

As políticas feitas pela classe dominante são colocadas de cima para baixo, de uma minoria que detêm a maior parte dos recursos econômicos e políticos, para uma maioria que é explorada para manter seus privilégios.

A educação formal, aquela representadas pelas escolas, reforçam essas estruturas de dominação de uma classe ante outra, formando e conformando gerações, sobre atitudes que são ou não, aceitas socialmente, os valores tidos como corretos e que acabam por legitimar ideologicamente, essas estruturas de poder e dominação.

As concepções pedagógicas contra-hegemônicas estudam essas relações de poder e dominação e propõe ao educador e ao aluno um modelo de aprendizagem em que ambos possam construir instrumentos para mudar o mundo, na perspectiva do ideal, lutando contra as injustiças do mundo real.

A ecopedagogia ou Pedagogia da Terra é fruto dessa concepção pedagógica. Nasce da insatisfação de uma estrutura sócio político econômico dominante e que se faz insustentável. Conforme Saviani (2008),

“A expressão pedagogia da terra surgiu recentemente no contexto das preocupações com os problemas do meio ambiente e com as atitudes preservacionistas. É equivalente a “ecopedagogia” ou “pedagogia do desenvolvimento sustentável”. Enquanto concepção pedagógica propõe-se a desenvolver a consciência do planeta Terra como habitat humano, fonte da vida que precisa ser preservada e ambiente que necessita de cuidados para se constituir num espaço acolhedor da totalidade dos seres vivos em sua ampla diversidade natural. Apropriada pelos movimentos sociais, (...) a pedagogia da terra mantém afinidades com a pedagogia do campo incorporando elementos oriundos da pedagogia libertadora, da educação popular, libertária e da pedagogia da prática.” (pg. 203).

Pensando a ecopedagogia, como concepção contra-hegemônica, percebe-se um caráter de movimento social e político, como uma alternativa para combater as insustentabilidades de nossa sociedade capitalista, nas palavras de Gadotti (2008),

“Colocada neste sentido, a ecopedagogia não é uma pedagogia a mais, ao lado de outras pedagogias. Ela só tem sentido como projeto alternativo global em que a preocupação não está apenas na preservação da natureza (ecologia natural) ou no impacto das sociedades humanas sobre os ambientes naturais (ecologia social), mas num novo modelo de civilização sustentável do ponto de vista ecológico (ecologia integral), que implica uma mudança nas estruturas econômicas, sociais e culturais. Ela está ligada, portanto a um projeto utópico: mudar as relações humanas, sociais e ambientais que temos hoje. Aqui está o sentido profundo da ecopedagogia, ou de uma Pedagogia da Terra como a chamamos.” (pg. 66).

Como vimos anteriormente, se pensarmos em sustentabilidade sem levarmos em consideração as desigualdades sociais é continuar promovendo a cultura de opressores e oprimidos como Freire nos alerta.

2.1. Conceitos chaves para a Ecopedagogia

Um conceito chave para que se possa entender e promover uma cultura de sustentabilidade em educação é o conceito de cidadania planetária, fundamental para entender a ecopedagogia.

Ela é o contraponto da ideia de globalização capitalista, conforme dissemos no capítulo 1.1, que promove o desemprego, que aprofunda as desigualdades sociais, que provoca a perda de autonomia e poder de estados e nações, aquela que separa os “globalizadores” dos “globalizados”, uma concepção hegemônica de globalização adotada pelo capital. (Gadotti, 2008).

A cidadania planetária desenvolve-se com a ideia do relatório Brundtland “Our common future” de que a Terra é o lar de todos os seres vivos e como nossa única casa deve ser preservada e mantida para garantir a sobrevivência não só daqueles que a reside como também das futuras gerações. Sustenta-se na visão unificadora do planeta e de uma sociedade mundial.

Uma globalização pautada na cooperação e na solidariedade, contra o modelo hegemônico, pautado na competição. Isto posto, podemos dizer que a cidadania planetária, na ecopedagogia, como assenta Gutierrez e Prado(1999)

“... extrapola, em consequência, os estreitos limites da educação tradicional centrada na lógica da competição e acumulação, e na produção ilimitada de riqueza sem considerar os limites da natureza e as necessidades dos outros seres do cosmos. (...) um aspecto básico da planetariedade é sentir e viver o fato de que fazemos parte constitutiva da Terra: esse ser vivo e inteligente que pede de nós relações planetárias, dinâmicas e sinérgicas. (...) isso nos obriga a criar novas relações e interações, novas formas de solidariedade para proteger toda a vida sobre a Terra e novas responsabilidades éticas como base para uma cidadania ambiental mundial.” (pg. 38).

Assim como há uma concepção de globalização que acaba por ser hegemônica, ou seja, fortemente vinculada com a economia, também há uma concepção de cidadania. Esta concepção está vinculada também com o contexto econômico, das relações de consumo, ou seja, crê-se que trocar produtos ou exigir a qualidade proposta pelo comerciante é cidadania.

É uma visão restrita de cidadania, inspirada na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, e cujas normas visavam garantir a liberdade individual e a propriedade.

Essa concepção restrita de cidadania, de inspiração liberal, acaba se opondo a uma concepção plena de cidadania. A cidadania plena é aquela que promove o exercício de direitos e deveres, individuais e coletivos, que são construídos e conquistados no interior do Estado. Conforme Gadotti(2000),

“Cidadania é, essencialmente, consciência de direitos e deveres. Não há cidadania sem democracia, embora possa haver exercício não democrático da cidadania. A democracia fundamenta-se em três direitos: direitos civis (como segurança e locomoção); direitos sociais (como trabalho, salário justo, saúde, educação, habitação etc.); direitos políticos (como liberdade de expressão, de voto, de participação em partidos políticos e sindicatos etc.)” (pg. 134).

A Cidadania planetária visa suplantando concepções economicistas, mecanicistas e hierárquicas ampliando sua concepção pautando-se por princípios de auto-organização e inter-relacionalidade.

A cidadania planetária precisa estar além, daquela exercida pelo voto (democracia representativa), ela requer participação ativa das pessoas e da sociedade (democracia participativa), Como diz Gadotti (2000),

“... sem a participação da sociedade e uma formação comunitária para a cidadania ambiental, a ação do Estado será muito limitada. Cada vez mais, neste campo, a participação e a iniciativa das pessoas e da sociedade são decisivas.”(pg. 177).

Educar para a cidadania planetária é educar para participação, criatividade, expressividade e relacionalidade. Gadotti (2000) diz,

“Educar para a cidadania planetária implica muito mais do que uma filosofia educacional, do que o enunciado de seus princípios. A educação para a cidadania planetária implica uma revisão dos nossos currículos, uma reorientação de nossa visão de mundo da educação como espaço de inserção do indivíduo não numa comunidade local, mas uma comunidade que é local e global ao mesmo tempo. Educar então não seria, como dizia Émile Durkeim, a transmissão da cultura de uma geração para outra, mas a grande viagem de cada indivíduo no seu universo interior e no universo que o cerca.” (pg. 142)

Até agora, falamos de ecopedagogia em um contexto fortemente vinculado aos fatores sociais, políticos e econômicos. O debate sobre a insustentabilidade, a grosso modo, esta permeada por estes fatores, que acabam por ser dominantes no paradigma capitalista neoliberal.

Cabe colocar aqui outra questão importante e fundamental para entendermos a ecopedagogia. Além da superação do paradigma capitalista neoliberal é preciso superar o paradigma científico.

A ecopedagogia trabalha com a superação da concepção linear mecanicista de Descartes e Newton, cuja lógica, conforme Gutierrez e Prado (1999),

“... nega o sagrado e a subjetividade e, em nome do desenvolvimento e do progresso, saqueia a natureza e mata a vida, o paradigma emergente caracteriza-se pela promoção de uma lógica relacional e auto-organizacional que leva o ser humano redescobrir o lugar que lhe corresponde dentro do conjunto harmonioso do universo.” (pg. 30).

A ecopedagogia trabalha com a concepção holística, no qual, salienta-se a busca de significado e de finalidade no mundo físico e cultural que nos circunda. Essa concepção fundamenta-se nas descobertas da física quântica, que demonstra a conectividade de tudo com tudo, embora isso já tenha sido enunciado pela dialética do século XIX, conforme aponta Gadotti (2000).

Vale dizer que, em se tratando de ecopedagogia, quando se diz sagrado ou espiritualidade, trata-se de busca permanente de sentido para a vida e não significa necessariamente uma religião, crença em deus ou outra concepção mística.

Nos processos educativos da ecopedagogia, seus indicadores não se sustentam, conforme Gutierrez e Prado (1999) por verdades, princípios e valores de uma sociedade economicista, mecanicista, dicotômica, moralista, patriarcal e hierárquica e sim pelos princípios de abertura, relatividade, complementaridade, inter-relacionalidade e auto-organização.

Gadotti (2000) aponta que,

“os paradigmas clássicos (linear mecanicista) banalizam essas dimensões da vida (o desejo, a paixão, o olhar e a escuta), sobrevalorizando o macroestrutural, o sistema, as superestruturas socioeconômico-políticas e epistêmicas, linguísticas ou psíquicas. [...] o imaginário, a curiosidade, a tolerância, a acolhida, o diálogo, a autogestão, a cotidianidade, a desordem, a paixão, a ação comunicativa, o mundo vivido, a radicalidade, a empatia, a esperança, a alegria, o cuidado, o gênero [...] essas categorias representam uma espécie de “sinal dos tempos”, isto é, apontam para uma certa direção,

um caminho a seguir para uma pedagogia da unidade, no conturbado cenário atual de confronto de tendências educacionais ”(pg. 41).

O paradigma linear mecanicista, desencadeado por Descartes, e que ficou conhecido por “revolução científica” e que acabou por fundar a modernidade, ao afirmar que a verdade e o conhecimento estavam no mundo e não dependia de fatores externos ou místicos transcendentais ao homem tirou o caráter “encantado” da relação do homem com a natureza.

A busca por um conhecimento que fosse traduzido em leis gerais e mecânicas reduziu a complexidade e a diversidade existentes nos fenômenos na natureza. A universalidade do conhecimento acabou por separar a natureza da cultura.

A natureza, agora passível de ser domada, passa a ter lugar passivo no conhecimento humano e o homem, passa a manipula-la conforme seus interesses e desejos. Carvalho (2011) diz,

“No método científico, a separação entre sujeito e objeto desdobrou-se em outras polaridades excludentes com as quais aprendemos a pensar o mundo: natureza/cultura, corpo/mente, sujeito/objeto, razão/emoção. Somos seres de nosso tempo e por isso, marcados por essa tradição do pensamento ocidental. Tal maneira de ver o mundo, a qual tem sido denominada de paradigma moderno, entrou em crise justamente por não conseguir responder adequadamente aos novos problemas teóricos e práticos que atravessam a vida contemporânea, entre os quais os ambientais.” (pg. 116).

Outra contribuição ocasionada pela redução dos fenômenos culturais às determinações das leis naturais gerais promoveu certa hierarquia do conhecimento que colocou como subalternas às ciências humanas, por exemplo. Esse fechamento de horizontes, conforme a

crítica filosófica moderna nos mostra ficou conhecido como reducionismo científico.

Essa concepção mecânico-reducionista, também fora predominante na Educação, afinal esse era e ainda continua sendo uma concepção de conhecimento dominante no qual Carvalho (2011) faz a seguinte crítica,

“Uma das consequências dessa concepção é a percepção de que o conhecimento disciplinar-despedaçado, compartimentalizado, fragmentado e especializado- reduziu a complexidade do real, instituiu um lugar de onde conhecer é estabelecer poder e domínio sobre o objeto conhecido, impossibilitando uma compreensão diversa e multifacetada das inter-relações que constituem o mundo da vida.” (pg. 120).

Em contraposição a concepção epistemológica mecânico-reducionista exposta acima, apresenta-se a interdisciplinaridade.

A interdisciplinaridade promove a abertura de um espaço de articulação entre saberes e conhecimentos, em uma situação de mutua coordenação e cooperação. Sua meta é estabelecer conexões entre as disciplinas, promovendo a troca e o diálogo entre os saberes. Trabalhar nessa perspectiva é desafiador conforme Carvalho (2011),

“a interdisciplinaridade jamais será uma posição fácil, cômoda ou estável, pois exige nova maneira de conceber o campo da produção de conhecimento buscada no contexto de uma mentalidade disciplinar. Trata-se de um combate ao mesmo tempo externo e interno, no qual a reorganização das áreas e das formas de relacionar os conhecimentos corresponde à reestruturação de nossa própria maneira de conhecer e nos posicionar perante o conhecimento, desfazendo-nos dos condicionamentos históricos que nos constituem.” (pg. 122).

A fragmentação do conhecimento, que separou a natureza e a cultura, deve ser superada caso queiramos entender os problemas contemporâneos. Entende-se que o conhecimento constitui uma teia de relações que se interagem e que estão em constante interação.

É importante ressaltar aqui, que a ecopedagogia não condena o uso da razão, da racionalidade, que leva em consideração todo o conhecimento técnico, científico e tecnológico desenvolvido pela humanidade e sim da racionalização instrumental que promove um reducionismo científico oriundo desta concepção linear-mecanicista.

Se o modo de vida que temos até aqui, construída e reforçada pela concepção linear mecanicista (paradigma científico) aliada à concepção neoliberal (paradigma sócio econômico), torna essa situação insustentável, então precisamos conhecê-la, para buscarmos alternativas sustentáveis.

Conforme Morin (2008),

“Quando o pensamento descobre o gigantesco problema dos erros e das ilusões que não cessaram (e não cessam) de impor-se como verdades ao longo da história humana, quando descobre correlativamente que carrega o risco permanente do erro, então ele deve procurar conhecer-se. Ainda mais que não podemos, hoje, atribuir as ilusões e os erros somente aos mitos, crenças, religiões, tradições herdadas do passado, assim como apenas ao subdesenvolvimento das ciências, da razão e da educação. É na esfera da intelligentsia que, neste século mesmo, o Mito tomou a forma da Razão, a ideologia camuflou-se de ciência, a Salvação tomou forma política garantindo-se certificada pelas Leis da História. É bem em nosso século que o messianismo e o niilismo se combatem, entrechocam-se e produzem-se um ao outro, a crise de um operando a ressurreição do outro”(pg. 15).

Ao tentar desvelar o conhecimento do conhecimento, Morin, sugere um método que possa entender a realidade, não de forma absoluta,

como sugere o método científico moderno, mas em sua provisoriedade, pois o conhecimento está constituído numa estrutura complexa de nossa sociedade, que ao mesmo tempo produz e é produto dessa realidade e conclui,

“Se é verdade que tudo, em nossa época, está em crise, à crise concerne não menos profundamente aos princípios e estruturas do conhecimento que não impedem de perceber e de conceber a complexidade do real, ou seja, também a complexidade de nossa época e a complexidade do problema do conhecimento. [...] O século de Stalin, de Hitler e de Hiroshima acreditou que tinha chegado ao estágio supremo do pensamento e da consciência: eis o signo do infantilismo do nosso pensamento e da nossa consciência, a impossibilidade de reconhecer o próprio infantilismo. Diagnosticamos o atraso; ainda não conseguimos passar da complexidade inconsciente (do cérebro) à complexidade consciente (do espírito). Em consequência, a possibilidade de futuro baseia-se no que representa o nosso presente: o atraso do nosso espírito em relação as suas possibilidades” (pg. 261).

Concatenada com essa perspectiva de desvelar a realidade e a superação dos paradigmas científico e sócios econômicos contemporâneos, a ecopedagogia vale-se de outro conceito importante para que se dê efetivamente.

A ecopedagogia além de orientar-nos para a cidadania planetária, para a interdisciplinaridade (paradigma da complexidade), também sustenta-se em outro conceito chave. A cotidianidade, para que o processo educacional se dê efetivamente. Conforme Gutierrez e Prado(1999)

“... somos essencialmente nossa vida cotidiana... e a vida cotidiana é o lugar do sentido e das praticas de aprendizagem produtiva.” (pg. 60).

Algumas teorias da educação questionam que a educação formal é alheia à realidade social. Muitos discentes e educandos perguntam aos seus professores qual é a utilidade do conteúdo que está sendo ensinado e tem como resposta que um dia eles irão precisar daquilo, que é algo importante.

No documentário argentino, *A educação proibida* (2012) trabalha-se a questão da educação formal. Sua origem, na Prússia do final do século XVIII e início do século XIX, como forma de proteger seu regime absolutista, dos efeitos provocados pela Revolução Francesa, os monarcas promoveram um espaço que utilizou os princípios do Iluminismo, para saciar seus súditos, com uma estrutura que fomentava a disciplina, obediência e um regime autoritário formando, não cidadãos, e sim súditos obedientes e dóceis.

O modelo fomentado pelos prussianos foi exportado para vários países vizinhos se alastrando para o resto do mundo originando a escola formal.

A questão da alienação da instituição escolar e sua função social de reprodução social foram iniciadas na segunda metade do século XX, com a contribuição especial de dois estudiosos franceses: o filósofo Michel Foucault e o sociólogo Pierre Bourdieu.

Educar para a sustentabilidade, implica remover os muros da escola para que ela possa dialogar com seu entorno. Desalienar os agentes sociais envolvidos na cultura escolar. Dar sentido ao caminhar destes envolvidos.

Tornar a educação sustentável, para promover uma cultura de sustentabilidade, é promover um espaço, segundo Gutierrez e Prado (1999), que possa tornar possível o discurso das declarações e intenções, como a Carta da Terra, Eco-92, Rio+20 no discurso da demanda. Esse espaço de promoção é o da cotidianidade, ou seja, é no

dia a dia que será possível garantir, o lugar e o tempo educativo para o desenvolvimento sustentável.

Conforme Gutierrez e Prado (1999),

“O que interessa não é tanto a demanda, mas o processo que gera a demanda. O essencialmente educativo, o elemento gerador de transformação é inerente ao processo. Sem processo, a demanda se apresenta como um anúncio disfarçado. Muitas organizações tradicionais, e às vezes não-tradicionais, oferecem exemplos múltiplos de demandas, com frequência proclamadas com muito alarde, porém sem se constituírem com o resultado de um processo. A educação que se dá ao longo do processo é o que torna possível a apropriação de sentido, a geração de relações significativas e a ativação de forças e potencialidades necessárias a todo grupo que está em processo.” (pg. 53).

Para que esse processo de demanda se constitua de forma educativa no cotidiano deve-se considerar (Gutierrez e Prado, 1999):

- Os protagonismos dos atores sociais envolvidos como agentes do processo, como indivíduos e, sobretudo se estiverem vinculados com uma comunidade ou grupo.
- Impregnar de sentido o processo, para que cada agente envolvido encontre sentido para suas ações, sua trajetória. A ideia é de que processo sem sentido não é processo.
- Promover relações sinérgicas como força que mantém o processo ativo, atual e dinâmico. As relações subjetivo-participativas dos envolvidos, por serem imprevisíveis, espontâneas e geradoras no decorrer do processo.
- Desenvolver recursos sinérgicos. A tensão desencadeada na promoção de relações sinérgicas, ativa e alimenta recursos sinérgicos como a afetividade, o sentimento, a empatia, o risco, a criatividade, são fatores que impulsionam e dinamizam o processo.

- Elaboração de uma produção deste processo educativo, que possa ser sentido pelos participantes (tangível), que possa ser percebido no dia a dia (permanente) e que seja resultado da participação de todos os envolvidos (participativo).

Complementando esse processo educativo pela demanda na cotidianidade, Gadotti (2000), pontua que,

“Ter uma consciência ecológica, isto é, ser ecologicamente alfabetizado, significa olhar o mundo de outra forma, pensar diferentemente: pensar em termos de relações e encadeamentos “das hierarquias para as redes cooperativas” (comunidades de aprendizagem), “das estruturas para os processos” [...] O desenvolvimento sustentável tem um componente educativo formidável: a preservação do meio ambiente depende de uma consciência ecológica e a formação da consciência depende da educação [...] a ecopedagogia é uma pedagogia para a promoção da aprendizagem do sentido das coisas a partir da vida cotidiana.” (pg. 79).

É pela cotidianidade que o processo de educação para a sustentabilidade se efetivará. Caminhando com sentido. Gutierrez e Prado (1999) indagarão que além da cidadania planetária, para que esse processo seja impregnado por sentido, precisa-se formar para uma consciência planetária.

“Da mesma forma como hoje se fala da necessidade de uma cidadania planetária, insiste-se na necessidade de uma consciência planetária. Se a Terra, como afirma Lovelock, é um organismo vivo, um sistema de vida tão integrado e dinâmico e inteligente, requer de nossa parte uma compreensão igualmente viva, dinâmica e planetária.” Se quisermos por fim à destruição de nosso planeta, nós -a geração atual- precisamos investigar logo se a comunicação entre a consciência

humana e a planetária é verdadeiramente uma possibilidade. "(pg. 121)

O homem precisa restabelecer o contato com a natureza, com o planeta Terra. Se a Terra é nossa casa, o nosso lar comum então devemos viver e conviver em e com a Terra e conclui,

"Trabalhando a tomada de consciência planetária, chegaremos a descobrir qual é o lugar que corresponde ao ser humano no cosmos, qual é o papel que deve desempenhar como um elemento a mais no processo evolutivo do universo e quais deverão ser os caminhos a percorrer para uma redefinição dos seres humanos dentro do conjunto dos outros seres da natureza." (pg. 122).

Das concepções e ideias trabalhadas até aqui, podemos apresentar o que Gadotti (2000) pontua como princípios da ecopedagogia ou Pedagogia da Terra:

- 1- O planeta como uma única comunidade
- 2- A Terra como mãe, organismo vivo e em evolução.
- 3- Uma nova consciência que sabe o que é sustentável, apropriado, faz sentido para a nossa existência.
- 4- A ternura para com essa casa. Nosso endereço é a Terra.
- 5- A justiça sociocosmica: a Terra é um grande pobre, o maior de todos os pobres.
- 6- Uma pedagogia biófila (que promove a vida): envolver-se, comunicar-se, compartilhar, problematizar, relacionar-se, entusiasmar-se.
- 7- Uma concepção do conhecimento que admite só ser integral quando compartilhado.
- 8- O caminhar com sentido (vida cotidiana).
- 9- Uma racionalidade intuitiva e comunicativa: afetiva, não instrumental.

- 10- Novas atitudes: reeducar o olhar, o coração.
- 11- Cultura da sustentabilidade: ecoformação. Ampliar nosso ponto de vista.

O conhecimento para a Sustentabilidade, para conectar o homem e a natureza, essencialmente, é conceber a razão, a emoção e a intuição, como partes de um todo no ato de conhecer.

É tentar promover uma educação que forme um ser humano crítico, consciente, participativo, sensível, intuitivo, em atitude de aprendizagem permanente.

2.2. Um currículo para a ecopedagogia: uma educação para a sustentabilidade

Gadotti (2008), diz que a ecopedagogia “implica em uma reorientação dos currículos para que incorporem certos princípios” que “devem orientar a concepção dos conteúdos e a elaboração dos livros didáticos”.

Conforme vimos nos capítulos anteriores, a ecopedagogia tem forte compromisso com mudança de atitudes, princípios e valores considerados insustentáveis nas estruturas econômicas, sociais e culturais.

A ecopedagogia deve (Gadotti, 2000) “influenciar a estrutura e o funcionamento dos sistemas de ensino”, deve “influenciar a formação de novos sistemas de ensino, que contemplem o princípio da gestão democrática e da descentralização”.

Cabe colocar aqui, que a ecopedagogia ou Pedagogia da Terra, não pode ser considerada como educação ambiental, pois está num contexto mais amplo, segundo Gadotti (2008),.

“A ecopedagogia não se opõe à educação ambiental. Ao contrário, para a ecopedagogia a educação ambiental é um pressuposto básico. A ecopedagogia incorpora-a e oferece-lhe estratégias, propostas e meios para a sua realização concreta. Foi justamente durante a realização do Fórum Global 92, no qual se discutiu muito a educação ambiental, que se percebeu a importância de uma pedagogia do desenvolvimento sustentável ou de uma ecopedagogia. Hoje, porém, a ecopedagogia tornou-se um movimento e uma perspectiva da educação maior do que uma pedagogia do desenvolvimento sustentável. Ela está mais para educação sustentável, para uma ecoeducação, que é mais ampla do que a educação ambiental.” (pg. 66).

A ecopedagogia deve ter alcance não apenas no âmbito escolar, mas envolver todas as pessoas e a sociedade em geral (cidadania e consciência planetária).

A ecopedagogia tem caráter multicultural, pois, defende a valorização da diversidade, conforme Gadotti (2000),

“a valorização da diversidade cultural, a garantia para a manifestação ético-política e cultural das minorias étnicas, religiosas, políticas e sexuais, a democratização da informação a redução do tempo de trabalho, para que todas as pessoas possam participar dos bens culturais da humanidade. A ecopedagogia, portanto, é também uma pedagogia da educação multicultural.” (pg. 93).

Um currículo para a ecopedagogia é conceber, conforme Gutierrez e Prado (1999) “a pedagogia como a promoção da aprendizagem através de todos os recursos colocados em jogo no ato educativo”, conceber a educação “como um processo de elaboração de sentidos” e a aprendizagem “como algo muito mais que compreender e

conceitualizar: é querer, compartilhar, dar sentido, interpretar, expressar e viver.”.

Conforme Gadotti (2000),

“A ecopedagogia se movimenta da necessidade do real, analisada, interpretada, refletida, organizada, codificada e decodificada para ação coletiva e individual transformadora, para o vivido na cotidianidade.” (pg. 94).

O currículo para uma ecopedagogia implica, como vimos no capítulo anterior, trabalhar com uma demanda. O processo de demanda desencadeado no cotidiano poderá apontar quais são os caminhos a serem tomados.

O currículo só terá sentido se elaborado em conjunto com os agentes sociais envolvidos no processo. Se for algo imposto por uma lei, uma carta de intenções, de cima para baixo, perderá uma de suas forças motrizes que é a elaboração de sentido pelos agentes envolvidos. Por isso, a importância do modelo ser de baixo para cima.

Outro fator, para a elaboração do currículo, é a própria conceitualização dos termos que a constituem. Por ser um tema atual, a sustentabilidade, como vimos no capítulo 2, é um tema estratégico, cujo conceito está sendo elaborado por grupos sociais com concepções de mundo, de homem, de natureza que são divergentes.

A concepção de sustentabilidade, que prevalecer como dominante, pode tornar a ecopedagogia como vimos até aqui, uma realidade ou apenas mais uma pedagogia, a serviço da concepção hegemônica neoliberal, para desespero do Gadotti.

Considerações Finais

A necessidade de criar ou adequar o currículo escolar para uma nova demanda social na escola é válido e importante, afinal, a escola não pode estar alheia à realidade, que é elaborada e percebida em um processo de construção sócio histórica de uma determinada sociedade, conforme ilustra Brandão (2007),

“A educação é, como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade. Formas de educação que produzem e praticam, para que elas reproduzam, entre todos que ensinam e aprendem, o saber que atravessa as palavras da tribo, os códigos sociais de conduta, as regras do trabalho, os segredos da arte e ou da religião, do artesanato ou da tecnologia que qualquer povo precisa para reinventar, todos os dias, a vida do grupo e a de cada um de seus sujeitos, através de trocas sem fim com a natureza e entre os homens, trocas que existem dentro do mundo social onde a própria educação habita, e desde onde ajuda a explicar- às vezes a ocultar, aas vezes a inculcar- de geração em geração, a necessidade da existência de sua ordem.” (pg. 10).

Se a escola for alheia, as mudanças e demandas do seu entorno, da sociedade e do contexto no qual está inserida, ela pode perder seu caráter formativo de humanidade no Homem, seja como indivíduo, seja no coletivo.

Quando digo, produzir humanidade no homem, não é um processo estático e imutável e sim, um processo de busca do sentido da vida, de sua existência, das características específicas e inerentes a sua natureza humana. Esse processo é permanente.

Podemos afirmar e, eu também acredito, que a incumbência de produzir a humanidade no homem talvez seja a profissão de fé da Pedagogia.

Debater a sustentabilidade é debater os limites e as possibilidades dessa humanidade. Reconhecer os erros, ou o que é insustentável e buscar alternativas ou outros modelos de vida que possa tornar a existência humana mais agradável ou sustentável.

Como vimos ao decorrer no trabalho, há uma tensão conceitual, própria da luta de interesses de diversos grupos e a ecopedagogia não está isenta de ser questionada. Conforme Silva (2008),

“... qualquer pensamento emergente ou instituinte suscita discursos e práticas esperançosos: ansiosos por respostas que nos preencham os espaços vazios deixados pelas incertezas. Revela, também, que um pensamento que põe à prova nossas certezas enfrentam desconfianças e resistências. Daí porque dizer quer todo discurso corre o risco de transformar-se numa panaceia salvacionista ou, no extremo, corre o risco de ser negado e rechaçado de antemão.” (pg. 96).

A ecopedagogia é um movimento pedagógico novo e, portanto, uma novidade na questão educacional. Gadotti (2000), não a concebe como mais uma pedagogia, mas como um projeto alternativo global para mudar as estruturas sociais, econômicas e culturais da sociedade.

A construção de conceitos para validar a ecopedagogia contribuíra para firma-la, como algo realmente novo, ou reduzi-la, como só mais um movimento bem intencionado e ingênuo que não vingou.

O debate sobre a abordagem curricular para a ecopedagogia, não engloba apenas o sistema econômico, que está em crise, mas das diversas crises que estão presentes na sociedade, como Gadotti (2000) assinala,

“... a crise ecológica não é apenas resultante da crise do sistema econômico, mas também da crise de paradigmas, de uma cosmovisão,

uma compreensão que temos de nossa relação como o cosmos, com a realidade, com a Terra. A cosmovisão ocidental cristã, capitalista e machista, sobrevaloriza o domínio da Terra. Orientado por essa cosmovisão nos aproximamos dela apenas na medida em que ela pode ser “útil” para nós.” (pg. 196).

Se há um debate sobre os rumos da nossa existência e do planeta, ameaçada pelos problemas provocados pelo modelo capitalista neoliberal e neste contexto, se há um modelo de educação que contribui para manter e reproduzir essa estrutura, então devemos sim pensar em alternativas para que a escola possa contribuir para a construção de uma sociedade que promova uma cultura de sustentabilidade.

Para construir um currículo para a ecopedagogia, ou seja, um currículo orientado para a sustentabilidade deve considerar, conforme o capítulo 4:

- Os valores promovidos pela cidadania planetária, como cooperação, solidariedade, autogestão, co-responsabilidade, diversidade ante os valores da globalização, como a competição, o individualismo, a homogeneização.
- A cotidianidade como o espaço e o tempo pedagógico para que o processo de demanda se dê efetivamente e,
- A interdisciplinaridade, respaldada pela teoria da complexidade de Edgar Morin, para superar o reducionismo científico provocado pelo racionalismo instrumental.

Mas acredito que o processo mais importante, para a efetivação da ecopedagogia é o que Gutierrez e Prado (1999) denominam como o processo de demanda. É fazer os documentos se tornarem efetivamente movimento.

Gadotti (2000) observa que se estamos combatendo as ideias insustentáveis de um paradigma, temos que tomar cuidado também com as armadilhas de um novo paradigma pode promover e diz,

“há um perigo também no novo paradigma: ele pode nos levar à contemplação da natureza e até a mistificação da realidade, a uma espiritualidade canalizada por uma religiosidade baseada na passividade. Em vez de solidariedade e da luta pela justiça, estaríamos esperando por um mundo melhor sem trabalho, sem esforço, sem conquista, sem sacrifícios. Novos valores humanos que não levam em conta a complexidade e a contradição inerentes a todos os seres, objetos e processos destroem a possibilidade de uma mudança qualitativa em direção a um novo e necessário projeto civilizatório. Para nos dimensionar como membros de um imenso cosmos, para assumirmos novos valores, baseados na solidariedade, afetividade, na transcendência e na espiritualidade, para superar a lógica da competitividade e da acumulação capitalista, devemos trilhar um caminho difícil. Nenhuma mudança é pacífica. Mas ela não se tornará realidade, orando, rezando, pelo nosso puro desejo de mudar o mundo. Como nos ensinou Paulo Freire, mudar o mundo é urgente, difícil e necessário. Mas para mudar o mundo é preciso conhecer, ler o mundo, entender o mundo, também cientificamente, não apenas emocionalmente. Tentar mudar o mundo mudando simplesmente o coração do homem e da mulher, sem mudar as estruturas, pode se constituir num alibi para deixar tudo como está.” (pg. 199).

O processo de demanda desenvolvido de baixo para cima, um processo que promova sentido na caminhada dos agentes sociais envolvidos, construído tendo por base, relações democráticas participativas e autogestionária, mostra-se de suma importância na luta para construir um mundo melhor.

E a educação tão criticada, pode retomar seu lugar de protagonismo na construção de um projeto que fomente uma nova sociedade, mais justa, mais solidária e mais próspera para as gerações do presente e do futuro.

Referências Bibliográficas.

BAKAN, Joel. *A corporação: a busca patológica por lucro e poder*. São Paulo: Novo Conceito Editora, 2008.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação*. 49. reimpr, da 1.ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. *Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico*. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

DOWBOR, Ladislaw. *A reprodução social: propostas para uma gestão descentralizada*. 1.ed. São Paulo: Vozes, 1998. Disponível em www.dowbor.org acesso em 26/08/2012.

ELKINGTON, John. *Sustentabilidade, canibais com garfo e faca*. São Paulo: M.Books do Brasil Editora Ltda, 2012

GADOTTI, Moacir. *Pedagogia da Terra*. 6.ed. São Paulo: Peiropólis, 2009.

-. *Educar para a sustentabilidade: uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008.

GUTIÉRREZ, Francisco e PRADO, Cruz. *Ecopedagogia e Cidadania Planetária*. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LA EDUCACIÓN PROHIBIDA(FILME). Germán Doin Campos, 8 países, 2012, 145 min, Produção Colaborativa. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=n9KeDTMEYSE&feature=g-crec-f> acesso em 28/09/2012.

MORIN, Edgar. *O método 3: conhecimento do conhecimento*. 4.ed. Porto Alegre: Sulina, 2008.

SAVIANI, Demerval. *A pedagogia no Brasil: História e Teoria*. Campinas, SP:Autores Associados, 2008.

SILVA, Ana Tereza da. *Ecoformação: reflexões para uma pedagogia ambiental, a partir de Rousseau, Morin e Pineau*. In. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n.18, pg. 95-104, jul./dez.2008.Editora UFPR

SCHUMACHER, E.F.. *O negócio é ser pequeno(Small is beautiful)*. 4.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.